



Malhas da reciprocidade: a pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel – litoral do Paraná

Reciprocity of Mesh: A Collective Mullet Fishing at Ilha do Mel Island – Coast of Paraná

Evandro Cardoso do NASCIMENTO^{1*}, Valdir Frigo DENARDIN²

¹Instituto Federal do Paraná (IFPR), Paranaguá, PR, Brasil.

²Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral, Matinhos, PR, Brasil.

* E-mail de contato: evandrohistoria@hotmail.com

Artigo recebido em 13 de junho de 2016, versão final aceita em 29 de março de 2017.

RESUMO: O presente texto apresenta uma análise da pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel a partir da teoria da reciprocidade, em Temple (2003) e Sabourin (2009; 2011a; 2011b), como fundamento para a observação de um caso empírico no litoral do Paraná. O objetivo é evidenciar as práticas, relações e estruturas de reciprocidade entre os pescadores, analisando suas implicações para um desenvolvimento local/territorial mais sustentável. Constatou-se que, mesmo coexistindo relações de reciprocidade e troca, existe uma predominância das relações sociais e econômicas marcadas pela lógica da reciprocidade por meio da pesca coletiva, e essas relações contribuem para a subsistência material e reprodução social desses pescadores.

Palavras-chave: reciprocidade; trabalho coletivo; pesca.

ABSTRACT: The paper presents an analysis of the collective mullet fishing in Ilha do Mel Island from the theory of reciprocity in Temple (2003) and Sabourin (2009; 2011a; 2011b), as a basis for the observation of an empirical case in the coast of Paraná. The aim is to highlight the practices, relationships and reciprocity structures among fishermen by analyzing its implications for a more sustainable local/territorial development. It was found that even though relations of reciprocity and exchange coexist, there is a predominance of social and economic relations marked by the logic of reciprocity through collective fishing and these relationships contribute to material subsistence and social reproduction of these fishermen.

Keywords: reciprocity; collective work; fishing.

1. Introdução

A pesca em comunidades tradicionais passa por um crescente processo de mercantilização. Essa generalização da troca mercantil vem questionar ou criar tensões com as práticas de reciprocidade ou de solidariedade socioeconômica. Ante esse contexto, este artigo tem por objetivo evidenciar a coexistência de práticas de troca e de reciprocidade na pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel, partindo da hipótese de que as relações de reciprocidade não foram totalmente suplantadas pelas relações mercantis e, assim, continuam desempenhando um papel importante na atividade econômica desses pescadores.

A Ilha do Mel pertence ao Município de Paranaguá, no litoral do Paraná, e está sob a jurisdição do Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Localizada na entrada da baía de Paranaguá, a ilha possui seis vilas com cerca de 100 pescadores (Fuzetti, 2009). Este artigo estuda a atividade pesqueira nas Vilas de Encantadas, Brasília e Farol das Conchas, onde as principais atividades econômicas são as voltadas ao turismo de verão. Porém, no inverno, essas comunidades se reúnem para a pesca coletiva da tainha, que permanece como atividade econômica mais tradicional. Os pescadores da Vila de Encantadas se reúnem na Praia do Miguel, e os pescadores de Brasília e Farol das Conchas formam um único grupo e se reúnem na Praia do Farol.

Apesar de ser uma atividade voltada para o mercado e imbricada em relações de troca, identifica-se também a permanência de relações de reciprocidade na pesca coletiva, expressando tanto os laços de identidade cultural como a solidariedade econômica nas comunidades locais. Diferenciar as relações de reciprocidade das relações de troca (mercantil ou não) exige esforço teórico e metodológico. É nesse sentido que a teoria da reciprocidade foi mobilizada a partir das reflexões

de Dominique Temple (2003; 2009) e Eric Sabourin (2011a; 2011b).

O aporte de Temple (2003) se refere à identificação do papel das relações de reciprocidade instituídas ou estruturadas na produção e reprodução de valores afetivos e éticos que geram e consolidam os laços sociais. A principal diferença entre as relações de troca e de reciprocidade reside nessa produção de valores sociais e afetivos associada aos valores materiais, tendo em vista que as relações de troca mercantil se limitam a produzir apenas valores materiais. De acordo com Temple (2009), é para manter o laço social, preservando esses valores éticos e afetivos, que as comunidades reproduzem as práticas de reciprocidade.

Neste texto, são apresentadas as bases sociais, culturais e econômicas que estruturam as relações de reciprocidade entre os pescadores, identificando suas contribuições para um desenvolvimento mais sustentável. Atualmente, a noção de desenvolvimento sustentável está cada vez mais atrelada à lógica mercantil, salientando-se que a teoria da reciprocidade possibilita pensá-la a partir de outra lógica – a da reciprocidade. Precisa-se da lógica da reciprocidade “para caracterizar relações e prestações que não impliquem a noção de cálculo ou que não privilegiem apenas a satisfação de interesses materiais” (Sabourin, 2011a, p. 24).

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira, são apresentados os elementos conceituais que fundamentam a teoria da reciprocidade. Na segunda seção, é apresentada a análise das relações, práticas e estruturas de reciprocidade observadas entre os pescadores de tainha da Ilha do Mel.

2. A teoria da reciprocidade

A hegemonia da troca mercantil na sociedade capitalista marginalizou o princípio da reciprocida-

de nas discussões das ciências sociais. Mesmo que troca seja um termo polissêmico e não corresponda somente à racionalidade econômica, Sabourin (2011a) enfatiza que é necessário entender o princípio da reciprocidade para desvinculá-lo da troca que implica, antes de tudo, a satisfação de interesses privados e o lucro. O princípio da reciprocidade e sua consequente diferenciação quanto ao princípio da troca são motivados pelos estudos pioneiros de George Simmel (1917) e Marcel Mauss (1925) e também pelas abordagens antropológicas de Bronislaw Malinowski (1922) e Claude Lévi-Strauss (1949).

A partir de uma abordagem etnológica, Mauss (1925) é responsável por redescobrir a dádiva nas comunidades *primitivas* e acreditar ser ela um elemento oposto à troca mercantil e fundamental para as relações humanas. Para Mauss, a dádiva insere valores éticos nas prestações econômicas, ou seja, enquanto a troca mercantil é motivada por interesses privados, a dádiva-troca é motivada por nobreza e honra. Simmel (1917), a partir de uma abordagem sociológica, define a reciprocidade como responsável pela coesão social e permite diferenciá-la mais precisamente da troca. Para esse autor, que concebe as relações sociais como acima dos indivíduos, o efeito da reciprocidade nas relações sociais é mais amplo que o efeito da troca, possibilitando àquela um poder coercitivo.

As abordagens antropológicas de Malinowski (1922) e Lévi-Strauss (1949) permitem a compreensão das estruturas de reciprocidade. Malinowski (1922) analisa as prestações mútuas de alimentos [kula] que são comparáveis à dádiva de Mauss e promovem a complementariedade econômica entre os grupos. Para Malinowski, no princípio da reciprocidade, está a base das estruturas sociais e dos valores morais de uma sociedade. Já Lévi-Strauss (1949) percebe, no casamento exogâmico, uma

base da reciprocidade, pois, para ele, a proibição do incesto é uma estrutura inconsciente que obriga a aliança entre grupos não como fato genético, mas social. Ele pensa a reciprocidade como um elemento social universal, para depois submetê-la a uma estrutura generalizada de troca, ou seja, a reciprocidade se tornou subestrutura da troca. Como “a exogamia, a proibição do incesto é uma regra de reciprocidade: renuncio a minha filha ou a minha irmã com a condição de que meu vizinho renuncie, igualmente, as suas”. (Lévi-Strauss, 1949, p. 102)

Partindo-se dos estudos pioneiros de Georg Simmel (1917), Marcel Mauss (1925), Bronislaw Malinowski (1922), Karl Polanyi (1944) e Claude Lévi-Strauss (1949), constata-se que a teoria da reciprocidade vem passando por uma renovação que tem como cerne a questão da produção de valores éticos e afetivos pelas relações estruturadas de reciprocidade. Essa renovação está presente, principalmente, nos estudos de Temple & Chabal (1995), Chabal (1996), Temple (2003; 2009) e Sabourin (2011a), que analisam a reciprocidade a partir da lógica ternária, na qual o *terceiro incluído*, entre os atores de uma relação de reciprocidade, mobiliza a consciência e potencializa o sentimento do outro em cada um dos indivíduos. Segundo Sabourin (2011b, p. 30), o “princípio de reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra-dádiva entre pares ou grupos simétricos”; essa interpretação é própria da lógica binária que desconsidera a mobilização da consciência dos sujeitos.

Temple e Chabal (1995) diferenciam troca e reciprocidade por meio da questão da natureza dos valores produzidos. O valor produzido na reciprocidade reside mais no ato que no resultado material, já o valor produzido na troca está no objeto. A troca se utiliza de uma reciprocidade mínima para satisfazer interesses complementares e materiais. A reciprocidade, segundo Temple e Chabal, pode

ser analisada e caracterizada a partir de diferentes níveis, formas e estruturas que configuram um *sistema de reciprocidade*.

Os três níveis de análise são: o real, o simbólico e o imaginário. O real é o nível concreto da ação, no qual bens, serviços e saberes são compartilhados. O nível do simbólico é aquele da linguagem que permite transcender o real e expressar, de maneira simbólica, funções sociais. No nível do imaginário, essas ações são legitimadas no campo das representações. Como exemplo, pode-se indicar a sociedade feudal legitimada pelo imaginário cristão. Guerreiros, lavradores e padres mantêm relações recíprocas no plano real, garantindo a subsistência material; no plano simbólico, cada grupo é marcado pelo seu *status* e sua função social e, no plano do imaginário, compartilham as mesmas representações religiosas que legitimam o sistema. Nessa sociedade, a assimetria dos grupos estabeleceu uma forma de reciprocidade desigual, na qual os cavaleiros se tornaram senhores e os lavradores se tornaram servos.

A teoria também considera três formas de reciprocidade: a positiva, a negativa e a simétrica. Segundo Temple (2009), a forma de reciprocidade positiva corresponde à lógica da dádiva e à dialética do prestígio: *mais eu dou, mais eu sou*. A reciprocidade negativa é aquela da vingança, que responde a uma dialética da honra, a do guerreiro. Ela se expressa num reconhecimento do outro por meio da hostilidade e da violência e corresponde aos valores de coragem, lealdade. O autor também explica que as formas de reciprocidade positiva e negativa podem se relativizar, dando lugar a relações de reciprocidade simétrica. Temple (2009, p. 5) afirma que a “reciprocidade simétrica tem a peculiaridade notável de não levar a nenhuma forma de dominação e, portanto, não aparece em nenhuma relação de poder”.

Temple (2003) propõe uma análise estrutural das relações de reciprocidade. O termo estrutura é herdado da Antropologia e designa uma organização que articula elementos que constroem as relações sociais. O autor considera como estruturantes as relações-chaves de uma sociedade, aquelas que, por serem recorrentes, passam a ser instituídas mediante regras ou normas adotadas pela comunidade, o grupo social ou uma sociedade. Temple (2009) identificou quatro estruturas elementares da reciprocidade: a estrutura binária (entre dois indivíduos ou grupos), a estrutura ternária (no mínimo três sujeitos), a estrutura centralizada (por um poder de redistribuição) e a estrutura de reciprocidade generalizada.

A estrutura binária comporta dois subtipos: o “cara a cara” (*face to face*) e a estrutura de compartilhamento de recursos. A estrutura ternária pode ser unilateral (por exemplo, entre gerações) bilateral ou centralizada. Porém, reconhece-se a existência de estruturas intermediárias entre elas. Essas relações estruturadas correspondem a matrizes humanas que produzem sentimentos e valores específicos.

Na estrutura binária *face to face*, duas partes estão frente a frente na relação de reciprocidade. Segundo Temple (1998), essa relação pode ocorrer entre indivíduos, famílias ou grupos e se atualizar em formas positivas, negativas ou simétricas. Uma relação binária de tipo *face to face* pode também ser assimétrica se for entre partes desiguais (como aquela entre senhores e servos). O sentimento gerado pela relação assimétrica nessa estrutura é o da obrigação, submissão e dependência do agente subalterno, conforme a lógica da dádiva agonística que, segundo Mauss (2003), é aquela na qual o doador recebe fama e prestígio e o donatário, obrigação e submissão.

Sabourin (2011b) explica que, no Brasil, a estrutura binária *face to face* é típica das relações

de ajuda mútua entre agricultores, as quais tendem a gerar sentimentos de amizade. Esse tipo de relação pode se estender em alianças mais duradouras, como o compadrio ou o casamento dos filhos. Sabourin também enfatiza a produção de valores em relações de reciprocidade assimétricas, nas quais o respeito, a submissão e a dependência reproduzem as desigualdades historicamente construídas, como aquelas entre “colonos e índios, senhores e escravos, patrões e peões, proprietários e meeiros ou moradores”. (Sabourin, 2011b, p. 36)

A estrutura binária de *compartilhamento* é um prolongamento do *face to face*, com a diferença de que há a partilha de algo. Enquanto no *face to face* os indivíduos, famílias ou grupos estão frente a frente, no *compartilhamento*, estão todos frente a todos na partilha de um bem comum (um para todos e todos para um). Na sua forma simétrica, a relação de compartilhamento gera o sentimento de participação, união e confiança.

Chabal (2005) exemplifica a estrutura binária de *compartilhamento* em termos de consciência. Nessa relação, o sujeito tem sua consciência mobilizada na consciência alheia, gerando quatro termos de consciência: dar e receber na sua consciência e dar e receber na consciência do outro, sendo este o espelho da sua própria consciência. Para Sabourin (2011b), a relação estruturada de compartilhamento existe nas comunidades rurais, onde existem práticas de gestão comum dos recursos naturais ou de equipamentos de uso coletivo.

As estruturas ternárias das relações de reciprocidade implicam, pelo menos, três partes nas quais o indivíduo atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo está sujeito à atuação de outro. Segundo Temple (2009), essas estruturas podem ser unilateral, bilateral ou centralizada.

A *estrutura ternária unilateral* é linear e possibilita a quem a recebeu retribuir a um terceiro

sem mutualidade entre as partes. A maneira mais simples de explicá-la é na transmissão da dívida entre gerações, que gera um sentimento de responsabilidade. Nessa estrutura, o doador procura doar o máximo possível para fortalecer o laço social (Temple, 1998). A responsabilidade social com as futuras gerações, presente nessa estrutura, corrobora as perspectivas de desenvolvimento sustentável.

Polanyi (1944), por sua vez, explica que é possível uma estrutura unilateral em forma de círculo. O autor cita, como exemplo, famílias morando em cabanas que formassem um círculo no qual cada uma poderia ajudar a da direita e ser ajudada pela da esquerda, sem mutualidade entre elas, formando um círculo infundável de reciprocidade. Outro exemplo, esse menos abstrato, é o de Malinowski (1922), que constata, entre os ilhéus trobriandeses, relações recíprocas, nas quais o irmão supria a família da irmã com produtos agrícolas e o mesmo ocorria com ele se fosse casado.

Na *estrutura ternária bilateral*, a mutualidade é requerida e busca-se doar o suficiente para possibilitar ao outro a retribuição justa e não fazê-lo perder o prestígio (Temple, 1998). Sabourin (2011b) explica que, enquanto a estrutura unilateral é baseada na lógica da dívida, a bilateral é baseada na lógica da reciprocidade e produz o sentimento de justiça.

Segundo Temple (2009), na estrutura ternária bilateral, a cadeia é contínua e se fecha em forma de rede ou círculo. Tomando-se o exemplo de Polanyi (2012), é como se as famílias das cabanas em círculo mantivessem mutualidade com o vizinho da direita e da esquerda (bilateral em círculo) ou se todas as famílias mantivessem mutualidade (bilateral em rede).

A *estrutura ternária centralizada* precisa de um centro de poder. A mutualidade ocorre entre os indivíduos, mas é por meio de um centro que se torna o intermediário das relações. Polanyi (2000)

denomina essa estrutura de *redistributiva* e aponta que pode ocorrer tanto em comunidades simples, como um grupo que se reúne para caçar, quanto em sociedades complexas, em que o estado, por meio da tributação, promove a redistribuição.

Em grupos assimétricos, a estrutura centralizada pode legitimar a dominação de um líder. O caráter opressivo e aristocrático dessa estrutura é denunciado por Godelier (1969). Sabourin (2011a) destaca que esse centro se torna uma autoridade suprema. Temple (1998) afirma que os sentimentos produzidos nessa estrutura são os da obediência e da submissão ao centro.

Segundo Temple (1998), nas estruturas ternárias (unilateral, bilateral e centralizada), ocorre um processo de individualização da consciência. Sabourin (2011a) explica que, nas estruturas binárias, a consciência de cada um é refletida no outro em forma de consciência da consciência ou terceiro incluído. Nas estruturas ternárias, o face a face é quebrado, e o sentimento compartilhado em comum se transforma em responsabilidade individual. Chabal (2005) enfatiza que, com o tempo, esse processo de individualização faz o sujeito esquecer a estrutura de reciprocidade e praticar somente a troca interessada.

Há diferenças entre a reciprocidade das trocas, na qual o ato é privatizado nos atores, e a reciprocidade das dádivas, na qual o ato é refletido na consciência dos atores ou na responsabilidade individual. Para sair da lógica privada e superar a hegemonia da troca mercantil, a lógica da reciprocidade amplia a possibilidade de construção de sistemas econômicos mais solidários ou mais humanos.

Sabourin (2011a) destaca que, em matéria de desenvolvimento, trata-se de inserir o diálogo entre sistemas de troca e de reciprocidade em projetos econômicos e sociais, caso contrário, apenas uma lógica reinaria: a lógica da troca. Nos sistemas

mistos, em que reciprocidade e troca coabitam, essa interface é imprescindível às estratégias de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável refere-se a um processo que vai além do desenvolvimento econômico, mas também vai além da preservação ambiental. Trata-se de um processo que implica o equilíbrio da relação do ser humano com a natureza e seus meios de subsistência.

O desenvolvimento territorial sustentável busca conciliar a dimensão social, ambiental e econômica de um território. Trata-se de uma proposta teórica que busca no equilíbrio (homem, natureza e organização produtiva) as bases para se pensar alternativas territoriais de desenvolvimento.

O reconhecimento de sistemas mistos oferece alternativas para um desenvolvimento mais sustentável, pois possibilita pensá-lo por meio da interface dos sistemas. Níveis, formas e estruturas de reciprocidade formam um sistema de reciprocidade que, na articulação com os sistemas de troca, fornece elementos para propor estratégias de desenvolvimento mais adaptadas às esferas sociais, econômicas e ambientais construídas nos territórios.

Há dois pontos da teoria da reciprocidade que corroboram as perspectivas de desenvolvimento sustentável: o primeiro é o reconhecimento da pluralidade das relações econômicas; o segundo é a identificação da ameaça que a hegemonia da lógica mercantil proporciona para as dimensões social e ambiental.

A articulação entre relações de reciprocidade e troca, proposta pela teoria da reciprocidade, pode dar um novo sentido às perspectivas do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um novo olhar sobre as relações socioeconômicas, que outrora foi ofuscado pela ótica da racionalidade mercantil e agora busca, na ótica da reciprocidade, alternativas de desenvolvimento (Sabourin, 2011b).

3. A reciprocidade na pesca coletiva da tainha na Ilha do Mel

Em 1945, Mussolini relatou a temporada de pesca da tainha no litoral paulista, recorrendo a expressões dos pescadores da Ilha de São Sebastião para descrever as fases da pesca: “tainha solta”, “tainha de corrida” e “tainha de arribada”. Em fins de maio, aparece uma ou outra tainha anunciando a temporada, é a “tainha solta”; em junho e julho, surgem os grandes cardumes migrando para o norte, a “tainha de corrida”; finalmente, no final de julho e início de agosto, as tainhas param de subir e mudam o sentido para o sul, adentrando os estuários, são as poucas “tainhas de arribada”.

Na Ilha do Mel, a corrida da tainha é esperada com paciência pelos pescadores; a sua captura é feita de duas formas: os *lanços* e as *camboadas*. Cada uma dessas formas requer habilidades e petrechos diferentes, bem como recursos humanos, horários e técnicas específicas.

Partindo-se dos fundamentos da teoria da reciprocidade, duas metodologias foram utilizadas para identificar e qualificar as relações sociais e econômicas dos pescadores da Ilha do Mel: a observação participante e a história oral. A observação participante seguiu um modelo sistemático, com a elaboração prévia de uma guia de análise a partir dos pressupostos teóricos e de uma primeira aproximação nas comunidades (Gil, 2009; Richardson, 2010). A inserção ocorreu durante os meses de pesca, de maio a julho de 2015, buscando identificar a organização coletiva, a ajuda mútua, o compartilhamento, a transmissão de saberes, a distribuição do pescado, o destino comercial e a reprodução social.

Somente depois de adquirir a confiança dos pescadores, passou-se para a história oral. A escolha dessa metodologia se dá por duas razões: a história oral analisa a *história do tempo presente*, ou seja, o cotidiano das pessoas (Chartier, 2006), e possibilita acessar dimensões simbólicas e imaginárias das relações sociais, por meio da *memória* e da *tradição oral*, imprescindíveis ao entendimento das relações de reciprocidade.

Segundo Tourtier-Bonazzi (2006), uma exploração inteligente em história oral deve se ater essencialmente a três aspectos: a seleção dos entrevistados, o lugar da entrevista e o roteiro da entrevista. Quanto à seleção dos entrevistados, três critérios foram utilizados: critérios geográficos, consistindo na presença de quatro pescadores da Praia do Miguel e quatro da Praia do Farol; hierárquicos, caracterizados pelos ofícios da pesca, tais como *dono-da-rede*, *espia*, *remadores*; e geracionais, idosos e jovens que participam da pesca. Quanto ao local da entrevista, recomenda-se que seja na casa do entrevistado; ali as recordações vêm à tona por meio de fotografias e documentos. Porém, algumas entrevistas foram realizadas nos acampamentos de pesca, lugar apropriado para longas conversas. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado e foram gravadas. Esses depoimentos complementaram as informações obtidas na observação participante e, devido aos critérios utilizados na escolha dos atores, foram suficientes para atender aos objetivos da pesquisa.

Na Ilha do Mel, a pesca de *lanço* é realizada durante o dia e reúne o maior número de pessoas. Tudo inicia quando o *espia*¹ identifica um *lote* (cardume) de tainha se aproximando da praia. Sua visão aguçada e sua experiência sobre o comportamento

¹ O *espia* é quem vigia o cardume no mar e dá orientações ao *popreiro* (via sinais) e ao dono da canoa (via rádio) na formação do cerco.

do peixe possibilitam informações precisas que variam da quantidade ao tamanho dos peixes. O dono da rede² é o primeiro a receber as informações do *espia* via rádio e, por meio de sons específicos feitos com a boca, convoca todos os pescadores presentes a estarem prontos na praia. Rapidamente, a canoa é colocada no mar, sendo tripulada pelos *proeiros*³, o *chumbereiro*⁴ e o *patrão da canoa*.⁵ Além do equilíbrio e força requeridos de todos os tripulantes, os *proeiros*, que geralmente são dois ou três, precisam remar no mesmo ritmo para que os remos não se toquem, espantando o peixe ou mesmo derrubando um dos tripulantes; o *chumbereiro* deve lançar a rede no mar sem enroscá-la e, para tanto, recebe a ajuda do *patrão da canoa*, que também dirige e rema.

Mulheres, crianças, turistas e outros pescadores aguardam na praia o momento de puxar a rede, ou mesmo entrar no mar para impedir as tainhas de escaparem do cerco. Depois de muito silêncio para o peixe não fugir, o cerco é finalizado com muito barulho, o que geralmente é aplaudido por todos.

A *pesca de cambau* é realizada durante a noite em maré vazante, para o que não se utiliza canoa. Dependendo da maré, pode-se camboar duas vezes por noite (20h00min e 04h00min, por exemplo) e, geralmente, passa-se a rede por toda a extensão da praia. Diferentemente da rede utilizada no *lanço*, na qual os dois calões (extremidades da rede) são segurados com cordas, as redes de cambau são menores e possuem hastes de madeira ou bambu em suas extremidades.

No cambau, são necessários pelo menos quatro pescadores, geralmente homens, e a rede

utilizada é menor, comparada à do *lanço*. Um pescador, geralmente o dono da rede, camboa “por fora” com a água do mar à altura do tórax, outro pescador segura o cambau “por terra” com água à altura joelho, outros dois pescadores acompanham o arrasto para segurar o cambau no momento em que os peixes são cercados. Ao sentir que há peixes na rede, os pescadores se comunicam: quem está “por fora” faz um som com a boca (pequeno grito ou assovio), quem está “por terra” geralmente emite um sinal luminoso com uma lanterna. Nesse momento, o cerco é fechado pelo pescador que está “por fora”, e os dois pescadores que acompanham na praia seguram os calões para que aqueles que arrastaram a rede possam esticá-la, impedindo que algum peixe escape.

Na narrativa dos pescadores, a pesca de cambau serve à subsistência, enquanto a pesca de *lanço* é voltada para o mercado. Dependendo do sucesso da pesca de cambau, o peixe também pode ser comercializado. Durante a temporada de pesca do ano de 2015, cerca de 10 toneladas de tainha foram capturadas pelos dois grupos de pescadores da Ilha do Mel. Tanto a pesca quanto o comércio são realizados coletivamente. A renda é dividida entre todos os participantes da pesca conforme as regras de distribuição estabelecidas pelo grupo dentro de cada modalidade de pesca.

3.1. Os pescadores da Praia do Miguel

Durante os meses de pesca, cerca de 40 pessoas acampam na Praia do Miguel, sendo comuns os relatos de que, nesse período, a comunidade estreita

² Além de ser o proprietário dos petrechos, o dono da rede coordena a operação, sendo um mediador na comunicação entre o *espia* e o *popeiro*.

³ São aqueles que remam movimentando a canoa. Também são chamados de *remeiros*.

⁴ É o responsável por lançar a rede ao mar após a rebentação, de forma ágil e silenciosa.

⁵ Também chamado de *popeiro*, é quem dirige a canoa para atravessar a rebentação. Vai na popa da canoa e ajuda a remar e lançar a rede.

seus laços sociais: “*A pesca da tainha junta mais o povo. Depois, quando todo mundo vai pra lá [para vila] cada um vai pro seu canto*” (Pescador M1, 56 anos);⁶ “*Na temporada não tem como, a gente passa um pelo outro e só dá oi e pronto, porque eu tô ganhar o meu dinheiro... aproveitando o turismo*” (Pescador M2, 38 anos).⁷ Os valores afetivos prevalecem sobre os valores materiais; alguns relatam que a emoção de participar de um *lanço* está acima do resultado final da pesca, embora este último seja fundamental à permanência do grupo. Quando comparada ao turismo, principal atividade econômica, a pesca é reconhecida como uma prática que fortalece a participação coletiva, as amizades e a transmissão de saberes às novas gerações. Enquanto o turismo é uma atividade econômica marcada pelo individualismo e por relações sociais menos afetivas, a pesca é uma atividade coletiva e que, apesar de economicamente secundária, produz valores econômicos e afetivos significativos. São esses valores produzidos na pesca que ressaltam as relações de reciprocidade, tais como: o compartilhamento dos recursos comuns (mar e pescado), a transmissão de saberes (ofícios da pesca) e o prestígio da comunidade (identidade cultural).

A organização da pesca diz muito sobre como tais relações são construídas. Na pesca de *lanço*, por exemplo, o sentimento compartilhado é de propriedade coletiva do produto da pesca, ou seja, mesmo que o material de pesca seja de propriedade privada, o produto da pesca é, majoritariamente, resultado de um trabalho coletivo. Os rendimentos

são divididos entre os participantes conforme regras que ultrapassam a decisão do dono da rede; são estabelecidas pelo costume, pela tradição e legitimadas socialmente. Os próprios pescadores não têm clareza sobre a origem dessas regras: “*isso aí é muito antigo, né, isso aí é das primeiras pescarias que saíam aqui na frente, eles já faziam essa regrinha dos quinhão...*” (Pescador M2, 38 anos). O dono da rede adotou as regras utilizadas pelos antigos: “*já fiz pelos antigos, eu peguei isso aí com eles, era assim que eles repartiam...*” (Pescador M3, 65 anos)⁸. Tais regras estão acima das leis do mercado e se justificam pela função de cada um no sistema de pesca (Tabela 1).

Para exemplificar como as regras de divisão funcionam na prática, suponha-se que 30 pescadores tenham participado de um *lanço* que capturou 330 tainhas. A primeira regra implica a divisão do *quinhão* de peixe, ou seja, cada pescador fica com uma tainha para a refeição do dia, restando 300 tainhas, que serão vendidas para um intermediário. Considerando-se que as 300 tainhas tenham somado 600 quilos vendidos a R\$ 6,00, tem-se uma receita total de R\$ 3.600,00. A partir daí, entra em vigor a regra da retirada do terço pertencente ao dono da rede, ou seja, ele fica com R\$ 1.200,00 restando R\$ 2.400,00 para a divisão dos *quinhões* em dinheiro. Aqui entra em vigor outra regra: o *espia* e quem tripulou a canoa têm direito a receber dois *quinhões*, ou seja, o dobro daqueles que apenas ajudaram a puxar a rede na praia. Suponha-se que, entre os 30 pescadores, 5 tenham recebido dois *quinhões*

⁶ Morador da Ilha do Mel desde quando nasceu, é um dos pescadores que embarca na canoa. Participa de eventos culturais divulgando lendas, músicas e poesias sobre a Ilha do Mel. Pesca durante o ano todo e possui uma pequena pousada para receber os turistas.

⁷ Filho do dono da rede. Mora na Ilha do Mel desde quando nasceu. É o *espia* na atividade da pesca e possui engajamento em discussões ambientais e culturais na ilha. Trabalha como autônomo em construção civil e pequenos reparos.

⁸ É o pescador mais experiente, dono de rede na Praia do Miguel e coordenador das atividades de pesca. É aposentado e possui um *camping* para receber turistas.

TABELA 1 – Regras de divisão do terço e dos *quinhões* da pesca de *lanço* na Praia do Miguel.

1.	Divisão dos <i>quinhões</i> (em peixes)	Logo após a pesca, cada participante, dependendo da quantidade de peixe, recebe um, dois ou três peixes para sua refeição.
2.	Venda do peixe	Todo o peixe é vendido para o mesmo comprador. Essa venda é mediada pelo dono da canoa e pelos pescadores mais experientes.
3.	Retirada do terço (em dinheiro)	O valor total da venda é dividido em três, sendo uma parte direcionada ao dono da rede.
4.	Divisão dos <i>quinhões</i> (em dinheiro)	Os outros dois terços são subdivididos em <i>quinhões</i> , ou seja, entre todos os demais participantes da pesca. Aqui há outra regra: Os pescadores que embarcaram na canoa e os <i>espias</i> recebem 2 <i>quinhões</i> , ou seja, o dobro dos demais. Os que ajudaram a puxar a rede na praia, inclusive mulheres e crianças, recebem 1 <i>quinhão</i> .
5.	A sobra	Em todas as divisões, o dono da canoa retira uma pequena reserva em dinheiro, resultado da falta de troco para todos os <i>quinhoeiros</i> . Esse dinheiro serve para retribuir os que ajudam a trazer a canoa para vila ao fim da pesca, ou mesmo para organizar uma festa no final da temporada.

FONTE: elaborado pelos autores.

(o *espia* e 4 tripulantes da canoa) e os outros 25 (incluindo o dono da rede, que ajudou a puxar a rede na praia) tenham recebido um *quinhão*. O valor total (R\$ 2.400,00) será dividido por 35 (para facilitar a conta, os pescadores consideram o *espia* e os tripulantes da canoa como duas pessoas, haja vista que eles devem receber o dobro), resultando no valor do *quinhão* (R\$ 68,57). Para facilitar o pagamento dos *quinhões*, os pescadores costumam arredondar o valor. Suponha-se que o *quinhão* desse *lanço* seja arredondado para R\$65,00, restando R\$ 3,57 de cada *quinhão* (a sobra). Dessa forma, os pescadores que têm direito a dois *quinhões* ficam com R\$ 130,00 e aqueles que têm o direito a um *quinhão* recebem R\$ 65,00. O valor total da sobra (R\$ 124,95) será dividido por igual, no final da temporada, entre os pescadores que ajudarem a transportar a canoa, ou mesmo empregado para dar uma festa em comemoração à temporada de pesca (essa decisão é sempre tomada pelo coletivo). Vale destacar que o dono da rede, caso tenha ajudado a puxar a rede na hora do *lanço*, tem o direito a receber um *quinhão*, além do terço já recebido.

A justificativa para a retirada do terço é legitimada pela responsabilidade do dono da rede pela

manutenção dos equipamentos de pesca, bem como pelo valor investido na aquisição desse material. Os dois *quinhões* recebidos pelos que embarcam na canoa são reconhecidos pelo perigo, esforço e habilidade requeridos à função: “é o dobro daquele que fica ali na praia só puxando a rede, eles correm mais risco, dá mais garra, mais força, rema, pra encarar o perigo” (Pescador M1, 56 anos). É realizado um rodízio entre aqueles que embarcam na canoa, dessa forma, todos têm a oportunidade de receber dois *quinhões*. O rodízio insere, mediante o aprendizado, novos pescadores ao sistema de pesca e também serve como um sistema de coesão social do grupo, amenizando conflitos: “*pulavam duas ou três vezes na canoa, então o dono da canoa falou: isso não pode, senão gera conflito, faz o seguinte: se eu já fui uma vez eu tenho que deixar o outro*” (Pescador M2, 38 anos). O rodízio estabelece uma forma de reciprocidade ternária bilateral em rede, gerando valores como justiça e equidade (no caso dos *quinhões*) e responsabilidade social (no caso da transmissão de saberes). A mesma transmissão de saberes, quando pensada ao longo das gerações, estabelece uma forma de reciprocidade conhecida como ternária unilateral.

Os dois *quinhões* recebidos pelos *espias* são reconhecidos pelo tempo dispensado ao ofício e pelo papel crucial no sistema da pesca, como enfatiza um pescador: “*porque o espia enfrenta lá no morro, né! Pega chuva, pega vento, pega sol... Sem ele a gente não é nada! Não tem pescaria, se não tem o espia! O peixe passa, vai embora e não tem quem veja*” (Pescador M3, 65 anos). Quanto à participação de pessoas “de fora”, mulheres e crianças na divisão dos *quinhões*, prevalece o senso de justiça e igualdade. Os pescadores afirmam que, sem a participação de todos, não há *lanço*, por isso, é justo que todos participem da divisão dos *quinhões*. Eles enfatizam que a participação das crianças na divisão também é importante para perpetuar a tradição.

Os valores materiais (força de trabalho, *quinhão*) são permeados por valores afetivos e éticos (participação, lealdade, igualdade e tradição). Dessa forma, troca e reciprocidade coexistem, produzindo valores fundamentais à subsistência material, à reprodução social e à sociabilidade dos pescadores. O sentimento compartilhado entre eles é de pertencimento a uma única família. Essa base institucional (a família e os parentes) organiza as relações sociais do grupo, assim, das práticas e relações de reciprocidade surgem estruturas, tais como: binária de compartilhamento dos recursos comuns (praia e mar), produzindo valores de participação, união e confiança; ternária unilateral, presente na transmissão dos saberes entre as gerações e que produz o valor da responsabilidade social; ternária bilateral em rede, presente na ajuda mútua e que produz o valor da justiça e companheirismo, e ternária centralizada, na qual o dono da rede assume papel central, pois, da sua forma de organização, depende o trabalho coletivo, as memórias da comunidade e a manutenção da tradição da pesca.

A mesma base que estrutura as relações de reciprocidade também estrutura as relações de troca

(simples e mercantil), e a maior expressão dessa estrutura são as regras de divisão. O fato de o dono da rede possuir a propriedade privada do material de pesca estabelece uma assimetria no grupo. Trata-se de um sistema vertical que articula troca e reciprocidade na produção de valores materiais, éticos e afetivos. Nesse caso, a relação social e econômica está inserida num sistema misto (Sabourin, 2009) que, de forma paralela à relação de troca, estabelece uma relação de reciprocidade ternária centralizada e assimétrica (Sabourin, 2011a). Isso ocorre porque o valor produzido na relação não está somente nos serviços trocados, mas no laço social, no aprendizado da pesca, na tradição caiçara e nas memórias da comunidade.

Na pesca de cambau, as regras de distribuição são parecidas, porém, têm suas especificidades, pois a técnica de pesca requer outras funções e habilidades, bem como materiais de pesca diferentes daqueles utilizados no *lanço* (Tabela 2).

Na pesca de cambau, é possível identificar uma estrutura de reciprocidade diferente daquela presente no *lanço*. Isso é possível pela simetria do grupo (quase todos possuem rede de cambau) e pela regra do rodízio da rede. Nesse caso, há uma estrutura de reciprocidade ternária bilateral em rede, na qual o pescador “A” fornece sua rede para uma noite, recebendo a ajuda do pescador “B”, “C” e “D”; na noite seguinte, quem fornece a rede é o pescador “B”, recebendo a ajuda dos demais, e assim sucessivamente. Não há uma centralidade na organização, e todos mantêm relações de ajuda mútua. Nessa estrutura, a amizade e a confiança são os valores mais comuns produzidos entre os pescadores. A ajuda mútua é mobilizada de um lado pelas regras de divisão (interesses materiais) e de outro pelo laço social (amizade, companheirismo, justiça). Cada um, na relação recíproca, não tem a obrigação contratual de retribuir a ajuda, mas o faz

TABELA 2 – Regras de divisão do terço e dos *quinhões* da pesca de cambau.

1.	1. Rodízio de redes	Como muitos pescadores possuem redes para camboar, eles organizam um rodízio das redes por noite.
2.	2. Divisão dos <i>quinhões</i> (em peixes)	Como a quantidade de peixe é pequena, comparada ao <i>lanço</i> , às vezes, a divisão termina aqui servindo apenas para o consumo. O pescador que camboar “por fora” (geralmente o dono do cambau) recebe 2 <i>quinhões</i> , já os que camboaram “por terra” recebem 1 <i>quinhão</i> .
3.	3. Venda do peixe	Só ocorre quando a pesca é considerada grande (acima do necessário para consumo). A venda é mediada pelo dono do cambau.
4.	4. Retirada do terço (em dinheiro)	O valor total da venda é dividido em três, sendo uma parte do dono do cambau. Essa regra é flexível, pois, muitas vezes, o valor retirado pelo dono do cambau não chega a um terço. (caso o dono do cambau não participe da pesca, seu terço também está garantido).
5.	5. Divisão dos <i>quinhões</i> (em dinheiro)	Os outros dois terços são subdivididos em <i>quinhões</i> , ou seja, entre os demais participantes, inclusive o dono do cambau. Aqui há outra regra: Os pescadores que camboaram “por fora” recebem dois <i>quinhões</i> . Os pescadores que camboaram “por terra” recebem um <i>quinhão</i> .

FONTE: elaborado pelos autores.

pela obrigação moral e pela manutenção do laço social.

Nos dois tipos de pesca, há a preocupação com a divisão justa, que não parte do equilíbrio mercantil estruturado sobre a lei da oferta e da procura, mas do princípio da equivalência (uma forma híbrida de reciprocidade e troca), estabelecida entre os serviços prestados na pesca (*dono da rede, espia, proeiro, popeiro, chumbereiro*) e a categoria de participação na divisão (*um terço, um quinhão, dois quinhões*). Polanyi (2012) destaca que a equivalência é um mecanismo simples que protege a economia dos elementos utilitaristas da racionalidade econômica. A criação das equivalências pode obedecer a um sistema de formação social do valor, bem diferente da formação do preço num mercado de troca livre, mesmo que a repartição seja assimétrica, o que corresponde mais a uma lógica de reciprocidade que de troca (Sabourin, 2015, informação verbal).⁹ Na Praia do Miguel, a equivalência na divisão dos rendimentos dispensa, por exemplo, o pagamento

de diárias e o assalariamento dos pescadores (elementos típicos da lógica da troca mercantil). Dessa forma, não há entre os pescadores uma relação como a de patrão e empregado, e sim o reconhecimento do valor social do serviço prestado.

3.2. Os pescadores da Praia do Farol

Na Praia do Farol, a pesca de *lanço* é realizada em dois pontos. No mais próximo ao morro, concentra-se o maior número de pessoas (cerca de 20 pescadores); no outro ponto, distante cerca de 100 metros do morro, ficam poucos pescadores, que utilizam uma rede pequena. Uma característica do grupo da Praia do Farol é o predomínio da presença masculina. Enquanto, na Praia do Miguel, as mulheres estão diretamente ligadas à atividade pesqueira, na Praia do Farol, as poucas mulheres ficam nas tendas exercendo atividades domésticas. Pode-se dizer que a pesca na Praia do Farol é uma atividade exclusivamente masculina. Outra especificidade é

⁹ Diálogo com Eric Sabourin em 24 de novembro de 2015.

a presença de dois *donos de rede*, que dividem o espaço da praia. Os dois grupos estabelecem uma relação de cooperação associada a uma relação de reciprocidade binária de compartilhamento em grupo (Temple, 2009). Isso pode ser constatado no momento do *lanço*; quando um dos grupos cerca um cardume, os pescadores do outro grupo correm até o cerco para ajudar no recolhimento da rede. Na prática, é mesmo difícil afirmar que há dois grupos de pescadores, pois eles se misturam e formam uma atividade coletiva de ajuda mútua.

Assim como na Praia do Miguel, as relações de reciprocidade são formadas pela tradição e coexistem com as relações de troca nas regras de distribuição do pescado. Porém, dois detalhes diferenciam as regras desse grupo: a divisão do *quinhão* é igualitária, isto é, o *espia* e aqueles que embarcam na canoa recebem a mesma quantia daqueles que puxam na praia; são definidas previamente as pessoas que participarão da divisão, ou seja, são *quinhoeiros* fixos (Tabela 3).

Quanto a essa divisão, explica um pescador: “a gente tira um terço para a canoa, né! E o resto, ali, você divide tudo igual para todo mundo. [...] já

tira o gasto que vai ter. E o resto divide igual com todos os que puxam” (Pescador F2, 36 anos).¹⁰ Há quem defenda que o *espia* e os canoeiros deveriam receber uma quantia maior pelo esforço: “tem que ganhar um quinhão e meio, sabe por quê? Quem vai na canoa e quem fica de *espia* tem aquela *reponsabilidade* todo o dia! não é justo ganhar a mesma coisa que o cara que só vem aqui, puxa o lanço e vai embora” (Pescador F3, 27 anos).¹¹

Além de a divisão ser igualitária, os *quinhoeiros* são fixos, ou seja, há uma definição prévia das pessoas que participarão da divisão. Retornando a um diálogo com a teoria, Sabourin (2011a) e Chabal (2005) alertam que é possível, numa estrutura de reciprocidade, ocorrer a reprodução de uma forma de alienação por meio do fechamento do círculo sobre um grupo. Ou seja, as prestações deixam de ser compartilhadas por todos e passam a operar sob o controle de um grupo específico, com regras que impedem a participação de outros. No caso da Praia do Farol, não é possível afirmar que há um fechamento do círculo, pois não se sabe se “aqueles que só correm no dia do lanço” são impedidos de participar junto àqueles que “chega de manhã”, mas

TABELA 3 – Regras de Divisão do Terço e dos *Quinhões* da Pesca de *Lanço* na Praia do Farol.

1. Divisão do <i>quinhão</i> de peixe	Logo após a pesca, cada participante, dependendo da quantidade de peixe, recebe um, dois ou três peixes para sua refeição.
2. Venda do peixe	Todo o peixe é vendido para o mesmo comprador. Essa venda é mediada pelo dono da canoa.
3. Retirada do terço (em dinheiro)	O valor total da venda é dividido em três, sendo uma parte do dono da rede.
4. Retirada dos gastos com manutenção.	Caso necessário, o dono da rede, antes da divisão dos <i>quinhões</i> , retira um valor destinado à manutenção da canoa e da rede.
5. Divisão dos <i>quinhões</i> (em dinheiro)	Os outros dois terços são subdivididos em <i>quinhões</i> , ou seja, entre todos os demais participantes da pesca. Todos os participantes, independentemente do ofício, recebem a mesma quantia.

FONTE: elaborado pelos autores.

¹⁰ É *espia* na atividade de pesca. Filho do dono da rede. Mora na Ilha do Mel desde quando nasceu. Trabalha como autônomo em construção civil e jardinagem.

¹¹ É *espia* na atividade de pesca, mas também é dono de rede. Mora na Ilha do Mel desde quando nasceu. É professor de Matemática na comunidade.

pode-se dizer que a ideia de estabelecer *quinhoeiros* fixos pode conduzir a um fechamento do círculo. Percebe-se também que aqueles que embarcam na canoa são permanentes “já tem um pessoal certo para ir na canoa já! Você de vez em quando coloca um cara que não entende de nada ali e ele pode estragar teu cerco, né” (Pescador F2, 36 anos).

A pesca de cambau é praticada mais frequentemente em família. Quando questionado se há um rodízio para a pesca de cambau, o Pescador F3 responde: “Fazemos por vez só que muitas vezes os caras não camboam, né cara! Esse ano a maioria das vezes eu camboei sozinho aí, cara. A turma não vem camboar!” (Pescador F3, 27 anos). Diferentemente da organização realizada na Praia do Miguel, o rodízio das redes de cambau não implica a ajuda mútua e é realizado por grupos familiares. Cada família pesca uma noite, mas sem a participação das outras famílias.

Na Praia do Farol, a pesca é realizada por dois grupos familiares; são poucos os pescadores que não fazem parte dessas famílias. Os pescadores relatam que, entre as décadas de 1980 e 1990, o Vô Diamantino, como ficou conhecido, era o dono de rede que mantinha a pesca de *lanço* na Praia do Farol. O falecido Vô Diamantino é lembrado pelos pescadores por sua autoridade na organização da pesca; alguns relataram que ele inibia a presença de turistas na praia, pois poderiam atrapalhar o *lanço*. A organização coletiva da pesca centralizada na autoridade do dono da rede revela aspectos de uma prática de reciprocidade centralizada, que ainda está presente nas relações sociais na Praia do Farol. O atual dono da rede aprendeu a pescar com o Vô Diamantino: “ah naquela época... pô, naquela época era muito, muito peixe. Nós só pescava com ele!

Aprendi pescar com ele!” (Pescador F1, 66 anos).¹² Ainda nesse período, ele já havia adquirido material de pesca e realizava os *lanços* em outro ponto da ilha. Percebe-se que a estrutura de compartilhamento foi construída entre duas famílias desde essa época. O atual dono da rede aprendeu a pescar com o Vô Diamantino (reciprocidade unilateral) e ambos passaram a dividir espaços na praia (reciprocidade de compartilhamento) para, depois, um substituir o outro e continuar o compartilhamento com a família do antecessor (reciprocidade bilateral). Tal sistema de reciprocidade organiza as relações e práticas sociais que circulam em estruturas unilaterais, bilaterais, centralizadas e de compartilhamento (Temple & Chabal, 1995). Em suma, as relações sociais e econômicas são construídas historicamente entre as famílias de pescadores da Praia do Farol.

3.3. A reciprocidade na Praia do Miguel e na Praia do Farol

As relações de reciprocidade e troca são historicamente construídas na Ilha do Mel a partir das regras, costumes e técnicas ligadas ao convívio social em torno da pesca coletiva. Tanto na Praia do Miguel quanto na Praia do Farol, os pescadores estão ligados entre si por laços de parentesco. Essa base institucional (a família e os parentes) organiza as relações sociais desses grupos, assim, as práticas e relações de reciprocidade surgem de estruturas, tais como: binária de compartilhamento dos recursos comuns (praia e mar), produzindo valores de participação, união e confiança; ternária unilateral, presente na transmissão dos saberes entre as gerações e que produz o valor da responsabilidade social; ternária bilateral em rede, presente na ajuda

¹² É o dono da rede na Praia do Farol. Mora na Ilha do Mel desde quando nasceu. Trabalha no transporte de bagagens no trapiche de Brasília.

mútua e que produz o valor da justiça e companheirismo, e ternária centralizada, na qual o dono da rede assume papel central, e a obediência a esse centro resulta no prestígio do grupo.

Interessante que a reciprocidade não apenas coexiste com a troca, mas vem se mantendo por meio dela. Isso ocorre porque a produção é historicamente voltada para o mercado e, sem ele, a pesca provavelmente não existiria. É porque existe a troca que a tradição se sustenta, ou seja, reciprocidade e troca se complementam.

Outro aspecto importante que relaciona troca e reciprocidade está na atividade econômica do turismo. A presença do turismo impacta a atividade da pesca, já que a renda proporcionada pelo comércio turístico possibilita que todos os pescadores adquiram material para pesca (principalmente a de cambau). As exceções são a canoa e a rede da pesca de *lanço*, uma vez que sua aquisição não depende somente do poder de compra, mas da legitimidade social da utilização do ponto de pesca (Praia do Miguel ou Praia do Farol). A renda do turismo

proporciona também a simetria dos grupos de pescadores, visto que já não dependem totalmente do dono da rede para o seu sustento material. Dessa forma, apesar de haver uma assimetria na pesca da tainha, num nível geral, há uma condição simétrica entre os pescadores que mantêm relações de interdependência na atividade pesqueira.

Apesar da proximidade entre a Praia do Miguel e Praia do Farol, percebeu-se que os pescadores das duas vilas possuem pouco contato e, conseqüentemente, poucas informações sobre a organização da pesca do outro grupo. As informações que mais circulam entre as duas vilas são sobre a quantidade de peixes capturados nos *lanços*. Percebe-se também que há um respeito pelo território de pesca da outra vila que impede que os pescadores “de fora” assumam o ponto de pesca. Essa proteção do território é construída pela tradição e legitimada pelas duas vilas, que compartilham da mesma tradição, costumes e formas de pesca. Somente com uma análise comparativa é possível identificar alguns aspectos que diferenciam uma vila da outra (Tabela 4).

TABELA 4 – Estruturas de reciprocidade e produção de valores na Praia do Miguel e na Praia do Farol.

	Praia do Miguel	Praia do Farol
Síntese	As regras de divisão dos <i>quinhões</i> possibilitam a democratização do acesso ao sistema de pesca, pois a todos é dado o direito de participar da divisão. Isso fortalece a tradição e reproduz formas de reciprocidade.	As regras de divisão dos <i>quinhões</i> aplicam-se somente aos <i>quinhoeiros</i> fixos, restringindo as relações de reciprocidade entre eles. O fato de haver dois grupos pescando na mesma praia estabelece uma forma interessante de reciprocidade (compartilhamento em grupos).
Relações de Reciprocidade	-reciprocidade binária de compartilhamento dos recursos comuns. -reciprocidade ternária centralizada (positiva). -reciprocidade ternária unilateral (transmissão de saberes) -reciprocidade ternária bilateral em rede (rodízio de rede de cambau e de pescadores que embarcam na canoa)	-reciprocidade binária de compartilhamento (dividem espaços na praia). -reciprocidade ternária centralizada (com um possível fechamento do círculo entre os <i>quinhoeiros</i> fixos).
Valores materiais	-complemento da renda.	
Valores éticos	-confiança, respeito e união (entre todos os participantes da pesca, inclusive crianças e jovens).	-confiança, respeito e união (entre os <i>quinhoeiros</i> fixos e o dono da rede).
Valores afetivos	-pertencimento, amizade e participação (entre todos).	-pertencimento, amizade e participação (entre os <i>quinhoeiros</i> fixos e o dono da rede).

FONTE: elaborado pelos autores.

Nas duas vilas, o dono da rede tem um papel crucial no sistema de pesca; ele é o centro redistributivo que, segundo Polanyi (2012), é responsável pela organização social e econômica do grupo. A divisão dos *quinhões* é feita conforme as regras, o costume e a decisão do poder central. As regras servem para organizar o sistema de pesca e evitar conflitos na hora da divisão. Tais regras foram criadas a partir da tradição herdada “dos antigos” e nem mesmo os pescadores sabem de onde e como surgiram. A decisão do poder central é acionada para atualizar a organização do grupo.

4. Considerações finais

O desenvolvimento sustentável carece de perspectivas alternativas à racionalidade da troca mercantil, e a lógica da reciprocidade mostra ser um caminho possível. Aqui se estabelece um diálogo produtivo entre as perspectivas desenvolvimento sustentável e teoria da reciprocidade. Não se trata de substituir a lógica da troca pela lógica da reciprocidade nas estratégias de desenvolvimento, mas, conforme afirma Sabourin (2011b, p. 25), “procura outra leitura das relações econômicas e sociais que aquela por meio unicamente do princípio da troca”.

Esse diálogo possibilita uma leitura mais completa do território, pois não reduz suas relações econômicas aos aspectos do mercado, pelo contrário, reconhece que, junto às relações mercantis, operam relações de reciprocidade que contribuem para a reprodução social dos grupos humanos. Na lógica mercantil, a dimensão que se sobrepõe é a econômica. A lógica da reciprocidade permite a leitura de um território considerando outras dimensões como a social, cultural e ambiental, imprescindíveis ao desenvolvimento sustentável.

As relações sociais e econômicas entre os pescadores da Ilha do Mel são construídas e estru-

turadas levando-se em conta três lógicas distintas: a reciprocidade, a equivalência e a troca mercantil. Trata-se de um sistema misto que articula lógicas econômicas diferentes (e muitas vezes antagônicas), mas coexistentes na mesma atividade econômica.

A lógica da reciprocidade está em evidência nos valores éticos e afetivos produzidos na e pela atividade da pesca, ou seja, no compartilhamento dos recursos comuns, nas amizades, na transmissão dos saberes e, principalmente, na valorização da tradição cultural que dá prestígio a esses grupos.

A lógica da equivalência, que também pode ser chamada de troca de equivalências ou reciprocidade de equivalência, é percebida nas regras de divisão do terço e *quinhões* que, mesmo sendo uma divisão assimétrica, corresponde a uma lógica diferente da mercantil. Trata-se de uma forma híbrida entre troca e reciprocidade, na qual a criação de equivalências obedece a um sistema de formação social do valor, bem diferente da formação do preço num mercado de troca livre. As regras de divisão do terço e *quinhões* são suportes institucionais que organizam a partilha dos rendimentos a partir da lógica da equivalência. Nessas regras, além da presença de relações e práticas de reciprocidade, também se identificam relações de troca que, devido à assimetria do grupo, geram valores materiais (acumulação, dependência), éticos (submissão e obediência) e afetivos (reconhecimento).

A lógica da troca mercantil aparece mais vivamente no momento da comercialização do pescado, mediada pelo atravessador. Nesse momento, o preço do quilo da tainha é regulado pelas leis do mercado, um enfrentamento entre a pesca artesanal com a pesca industrial.

A pesca da tainha na Ilha do Mel, mediante a reprodução das relações de reciprocidade, contribui para um desenvolvimento mais sustentável, pois permite a reprodução social, a preservação dos re-

cursos para as próximas gerações e a subsistência material desses grupos. A relação de respeito do pescador com o ambiente natural é construída a partir da estrutura de reciprocidade ternária unilateral, na qual a responsabilidade ambiental é reconhecida na

transmissão do patrimônio natural entre as gerações. O cuidado com a natureza, a responsabilidade de preservá-la e o reconhecimento de sua importância são valores transmitidos entre as gerações de pescadores e não apenas resultado das leis ambientais.

Referências

- Chabal, M. Les structures elementaires de reciprocite. Conference in Cauris. 2005. Disponível em: <<http://afrique.cauris.free.fr/conferences.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- Chabal, M. Quand la reciprocite semble non reciproque ou la reciprocite cachee. *Revue du MAUSS*, 8, 132-140, 1996.
- Chartier, R. A visão do historiador modernista. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 215-218.
- Fuzetti, L.; Corrêa, M. F. M. Perfil e renda dos pescadores artesanais e das vilas da Ilha do Mel – Paraná, Brasil. *Boletim do Instituto de Pesca*, 35(4), 609-621, 2009.
- Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- Godelier, M. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- Lévi-Strauss, C. [1949] *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- Malinowski, B. [1922] *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- Mauss, M. [1925] Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Mauss, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Nayfi, 2003. p. 183-314.
- Mussolini, G. [1945]. O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião. In: Diegues, A. C. (Org.). *Enciclopédia Caiçara: história e memória caiçara*. Vol. 4. São Paulo: Hucitec; Nupaub, 2005.
- Polanyi, K. [1944] *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- Polanyi, K. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- Richardson, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Sabourin, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Sabourin, E. *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011a.
- Sabourin, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, 7, maio/ago. 2011b.
- Simmel, G. [1917]. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.
- Temple, D. As origens antropológicas da reciprocidade. Tradução de Eric Sabourin. *Jornal do Mauss*, 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=793>>. Acesso em: 23 nov. 2014.
- Temple, D. Les structures elementaires de la reciprocite. *Revue du MAUSS*, 12(2), 234-242, 1998.
- Temple, D. Naissance de la Responsabilite. 2003. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=121>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- Temple, D.; Chabal, M. La reciprocite ou la naissance des valeurs humaine. Paris: L'Harmattan, 1995.
- Tourtier-Bonazzi, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: Amado, J.; Ferreira, M. M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 233-245.